

CONTRATO Nº 000.046/19

Contrato lavrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e a HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA., para prestação de serviços de apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações/soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data, de acordo com o Pregão Eletrônico nº 261/18, integrante do Processo nº 145465/18, nos termos das Leis Federais nºs 10.520/02 e nº 8.666/93; Lei Estadual nº 6.544/89; Decretos Estaduais nos 47.297/02 e 49.722/05; Resoluções CNJ nºs 156/12, 169/13 e 183/13; e do Provimento 2.138/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como, de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Presidente, **Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.425.359-X e do C.P.F. nº 604.165.568-68, e a **HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.**, estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 1.012 – 8º Pavimento – Centro – CEP 20071-910 – Rio de Janeiro – RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.168.199/0001-88, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Diretor Presidente, **Sr. Mario Sergio Rachid Sá Rego**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 083697227 IFPRJ e do C.P.F. nº 019.549.847-07, assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1- O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços para apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações e/ou soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data com o objetivo de prover serviços especializados para atender às necessidades e iniciativas de Gestão Estratégica e Transformação Digital do CONTRATANTE, habilitando a capacidade de responder de forma ágil a um conjunto de questões de negócio através da visualização e exploração de dados analíticos, análises avançadas (descritiva ou diagnóstica) e/ou modelos estatísticos (preditivos ou prescritivos).
- 1.2- De acordo com as especificações e quantidades apresentadas no Termo de Referência – Anexo I deste contrato, compõem o objeto os seguintes serviços:
 - 1.2.1- Sustentação e suporte técnico local (1º Nível), nas instalações do CONTRATANTE, da solução atual de DW/BI baseada na plataforma Microsoft;
 - 1.2.2- Serviços Técnicos Especializados de desenvolvimento sob demanda para Evolução e Modernização das soluções (end-to-end) de Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas e Big Data do CONTRATANTE;
 - 1.2.3- Serviços Técnicos Especializados do Fabricante para atividades de definição de arquitetura tecnológica, avaliação técnica e planejamento para implantação dos projetos estratégicos definidos e identificados durante as atividades dos serviços a serem contratados, assim como revisão de código e garantia da aderência dos entregáveis aos padrões e definições técnicas do Tribunal e as boas práticas do fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1- Os serviços contratados serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Contrato e os termos dos seus anexos, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como segue:

- 2.1.1- Anexo I – Termo de Referência;
- 2.1.2- Anexo I-A – Termo de Confidencialidade;
- 2.1.3- Anexo I-B – Termo de Responsabilidade e Sigilo - TRS
- 2.1.4- Anexo I-C – Planilha de Formação de Preços;
- 2.1.5- Anexo II – Planilhas de Composição de Custos de Mão-de-Obra;
- 2.1.6- Anexo III – Minuta de Termo de Autorização ao Tribunal de Justiça para acesso e movimentação da conta corrente (bloqueada) vinculada;
- 2.1.5- Anexo IV – Declaração para Fins de Cumprimento da Resolução CNJ nº 156/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1- A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada na R. Direita, 250 – 4º andar;
- 3.2- A CONTRATADA deverá prestar os serviços nos dias e horários descritos no subitem 5.2 do Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1- Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA receberá Ofício informando a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação para receber os valores contingenciados (Anexo III) na forma da Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça, devendo firmar Termo autorizando ao Tribunal de Justiça o acesso a saldos, extratos e à movimentação dos valores depositados em conta.
 - 4.1.1- A CONTRATADA deverá comparecer à agência indicada para regularização da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e entrega de documentos, ficando ciente que a falta de regularização da conta poderá ensejar o bloqueio do pagamento e eventual aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato.
- 4.2- A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
 - 4.2.1- Iniciar a prestação dos serviços no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data de assinatura do Contrato pela CONTRATADA (data do aceite).
 - 4.2.2- Observar os demais prazos constantes do Anexo I.
 - 4.2.3- Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extra patrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
 - 4.2.4- Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
 - 4.2.5- Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
 - 4.2.6- Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
 - 4.2.7- Refazer de imediato qualquer serviço inadequadamente executado e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
 - 4.2.8- Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8666/93, art. 65, §§ 1º e 2º.
- 4.3- É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.
- 4.4- É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do contrato de prestação de serviços decorrente desta contratação, com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, da Resolução nº 156 de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
 - 4.4.1- Em decorrência da vedação expressa na Resolução CNJ nº 156/12, a CONTRATADA deverá, juntamente com a apresentação da relação nominal dos empregados, entregar a declaração individual, por escrito, de que os funcionários que irão exercer o cargo de chefia e/ou supervisão não incidem em qualquer hipótese de vedação prevista na Resolução nº 156/12 do CNJ, conforme modelo anexado (Anexo IV) deste contrato.

- 4.4.2-** Após 30 (trinta) dias da entrega da relação mencionada no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar as Certidões ou Declaração Negativa, nos termos do § 1º do artigo 5º da mencionada Resolução, como segue:
- 4.4.2.1-** certidões das Justiças:
- a) Federal,
 - b) Eleitoral,
 - c) Estadual ou Distrital,
 - d) do Trabalho, e
 - e) Militar.
- 4.4.2.2-** certidões dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
- 4.4.2.3-** certidões do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- 4.4.2.4-** certidões do conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão, quando for o caso; e
- 4.4.2.5-** certidões dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.
- 4.4.3-** Os documentos referentes ao item 4.4.1 deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato antes do início da execução dos serviços.
- 4.5-** Encaminhar, juntamente com o Documento Fiscal, a prova de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais e acessórias, incluída a comprovação de pagamento de salários e benefícios devidos aos empregados, bem como obrigações que venham a ser estabelecidas em virtude lei, acordo ou convenção coletiva, conforme previstos nos artigos 74 e 75 do Provimento nº 2.138/2014.
- 4.5.1-** A não apresentação dos documentos mencionados neste item, ou a apresentação com irregularidades, ensejará descumprimento contratual, podendo ser passível das sanções previstas no art. 94 e seguintes do Provimento CSM nº 2.138/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 4.5.2-** Os documentos comprobatórios mencionados neste item deverão ser encaminhados em mídia eletrônica (CD, DVD, e-mail) ao Fiscal Administrativo ou Fiscal do Contrato ou Gestor do Contrato que irá disponibilizar, via sistema, para ateste da Nota Fiscal;
- 4.5.3-** O fiscal do Contrato utilizará as informações para fiscalização, conferência, recebimento dos serviços e devido ateste.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
- 5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
- 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do Capítulo VII do Provimento nº 2.138/13, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.
- 6.2-** Atuação na fase da gestão, da fiscalização do contrato e do recebimento do objeto, os servidores designados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4-** Compete ao fiscal do contrato:

- 6.4.1- solicitar à CONTRATADA a relação dos empregados alocados por local de trabalho, contendo nome completo, cargo ou função, data de admissão, valor do salário, horário do posto de trabalho, do RG, do CPF e da CTPS;
- 6.4.2- realizar reunião com o preposto da empresa para orientar os empregados alocados e informá-los de seus direitos e que estão autorizados a noticiar ao Fiscal o descumprimento desses;
- 6.4.3- Diariamente:
 - 6.4.3.1- fiscalizar e registrar em planilha de controle, a frequência dos empregados e em quais funções;
 - 6.4.3.2- solicitar ao preposto a execução de serviços, atendimento de eventuais reclamações ou de cobranças relacionadas aos empregados.
- 6.4.4- Mensalmente:
 - 6.4.4.1- exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado;
 - 6.4.4.2- averiguar os dias efetivamente trabalhados e a reposição de empregados em decorrência de férias, licenças, faltas e ocorrências;
 - 6.4.4.3- glosar as faturas em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor;
 - 6.4.4.4- exigir da empresa os comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes e auxílio alimentação dos empregados;
 - 6.4.4.5- preencher relação nominal, que deverá ser assinada pelos empregados, para confirmação de pagamento tempestivo de salários, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte e auxílio alimentação, quando cabível.
 - 6.4.4.6.1- Os casos isolados de falhas no pagamento das verbas a que se refere o subitem 6.4.4.5 deverão ser comunicados à CONTRATADA para regularização no prazo de 5 dias e serão objeto de acompanhamento, ensejando adoção de medidas cabíveis caso não regularizados.
- 6.5- O disposto no subitem 6.4 aplica-se, no que couber, às novas admissões e ou substituições de empregados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 7.1- O recebimento do objeto contratado (atesto do documento fiscal) se dará nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, da Portaria nº 7.296/06, atualizada pela Portaria nº 7.355/06, e do Provimento 2.138/13 da E. Presidência do TJ-SP, Capítulo IX, arts. 72 e 73, bem como a conferência, pelo Fiscal do Contrato, dos seguintes documentos referentes ao mês anterior ao faturamento:
 - 7.1.1- Nos casos de serviços prestados no Interior, em que a responsabilidade do pagamento do crédito tributário seja do tomador dos serviços, a guia de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS deverá ser emitida pelo Fiscal do contrato, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e acompanhar o documento fiscal, para retenção e respectivo recolhimento pelo CONTRATANTE (responsável tributário), nos termos da legislação própria do município.
 - 7.1.2- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
 - 7.1.3- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - 7.1.4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - 7.1.5- relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho, acompanhada de cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específicas de todos os funcionários que prestam serviços na localidade, de acordo com o disposto no § 5º do art. 31 da Lei nº 8.212/91;
 - 7.1.6- demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;
 - 7.1.7- comprovação do pagamento dos salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais alocados na execução dos serviços;
 - 7.1.8- planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal, decorrente de eventual não ocupação dos postos de trabalho por faltas, férias ou posto vago.
 - 7.1.9- A não apresentação de qualquer dos documentos acima ensejará comunicação à CONTRATADA, devolução da NF para ciência e regularização, prazo fixado no contrato.

- 7.2- O responsável pela fiscalização deverá observar se o salário efetivamente pago ao funcionário contratado é superior ou igual à remuneração indicada na planilha de formação de preços.
- 7.2.1- No caso de pagamentos de salários inferiores ao indicado na planilha de formação de preços, o responsável pela fiscalização deverá tomar as medidas necessárias nos termos do Capítulo XIII do Provimento CSM nº 2.138/13.
- 7.3- O ateste do documento fiscal, para efeito de pagamento mensal, será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos quantitativos e qualitativos dos serviços.
- 7.4- Para efeito do disposto no item anterior, o responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - a presteza no atendimento das solicitações da administração;
 - o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato; e
 - o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.
- 7.5- O prazo para o recebimento do objeto contratado será de:
- 7.5.1- Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados do término dos serviços.
- 7.5.2- Definitivamente, em até 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, o qual não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, computando-se o prazo do recebimento provisório ou da diligência técnica, se necessário.
- 7.6- Quando do Ateste da Nota Fiscal/Fatura, caso os serviços não sejam executados a contento, não serão eles recebidos, a par disso, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação oficial do CONTRATANTE, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na legislação pertinente.
- 7.7- Na hipótese de ocorrência do previsto no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá, primeiramente, observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- 8.1- Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, a importância estimada de **R\$ 89.897,56 (oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, referente ao item Equipe Técnica – Serviços de Sustentação e Suporte Técnico Local, conforme abaixo:

CATEGORIA	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
Posto de Serviço (PS)				
Administrador de Banco de Dados SR	PS	1	26.791,62	26.791,62
Analista de BI Especialista (Líder)	PS	1	29.074,90	29.074,90
Analista de BI SR	PS	2	17.015,52	34.031,04
			Total	89.897,56

- 8.2- Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços demandados, as importâncias estimadas, conforme abaixo:

8.2.1- Equipe Técnica Eventual – Sob Demanda

Categoria Profissional	Unidade	QTDE	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Ano (R\$)	Preço Total 24 Meses (R\$)
Unidade Serviço Técnico (UST)					
Consultor Técnico (Nível I)	UST	9.600	94,12	903.552,00	1.807.104,00
Consultor Técnico (Nível II)	UST	9.600	107,65	1.033.440,00	2.066.880,00
Consultor Técnico (Nível III)	UST	7.680	123,85	951.168,00	1.902.336,00
Gerente Projetos	UST	1.920	106,42	204.326,40	408.652,80
Cientista de Dados (Nível I)	UST	1.920	75,97	145.862,40	291.724,80
Cientista de Dados (Nível II)	UST	1.920	91,13	174.969,60	349.939,20
Total		32.640		3.413.318,40	6.826.636,80

8.2.2- Apoio Técnico Oficial executado pelo Fabricante – Sob Demanda

Categoria Profissional	UNIDADE	QUANTIDADE	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Ano (R\$)	Preço Total 24 Meses (R\$)
Unidade Serviço Técnico (UST)					
Consultor de Soluções (Especialista)	h/hora	5.760	659,72	3.799.987,20	7.599.974,40
Arquiteto de Soluções (Especialista)	h/hora	1.152	1.034,25	1.191.456,00	2.382.912,00
Total		6.912		4.991.443,20	9.982.886,40

- 8.3- No preço convencionado, incluem-se todos os gastos inerentes às obrigações legais e recursos indispensáveis à execução deste Contrato, tais como: mão-de-obra comum, especializada e técnica; supervisão; transporte; utilização de ferramentas e instrumentos especiais; salários; encargos trabalhistas, sociais e previdenciários; todos os tributos, sejam federais, estaduais ou municipais, que correrão por conta e total responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1- O pagamento será efetuado, em **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços (atestado da Nota Fiscal/Fatura).
- 9.1.1- Havendo ausências de funcionários sem reposição, a CONTRATADA deverá proceder ao desconto correspondente;
- 9.1.2- Para o cálculo do desconto deverá ser considerado o valor mensal referente ao funcionário ausente, dividido por 21,75 (vinte e um vírgula setenta e cinco) dias para prestação de serviço mensal contínua por posto, conforme Anexo II;
- 9.1.3- No período de recesso forense deverá ser observado o constante do Item 12 do Anexo I;
- 9.1.4- O pagamento pelos serviços constantes do item 8.1 da Cláusula Oitava deste contrato, serão efetuados em parcelas mensais;
- 9.1.5- O pagamento pelos serviços constantes dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 da Cláusula Oitava deste contrato, serão efetuados sob demanda do CONTRATANTE.
- 9.2- Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3- Caso a CONTRATADA apresente registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin Estadual, deverá regularizar a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, comprovando a regularização perante a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do CONTRATANTE, para efeito de regular pagamento.
- 9.4- Para o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar o Documento Fiscal na unidade do CONTRATANTE responsável pelo recebimento do objeto contratado, constando o número da Agência e da conta corrente no Banco de Brasil S.A., bem como, o número da Nota de Empenho, que será encaminhada pela SOF à CONTRATADA no momento da sua emissão, as quais serão atestadas definitivamente pelos servidores designados pela Presidência do Tribunal de Justiça, e, em seguida, encaminhadas à SOF para o efetivo pagamento.
- 9.4.1- Os documentos fiscais apresentados em desacordo com o estabelecido neste Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvido à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto no subitem 9.1 será interrompido.
- 9.4.2- A contagem do prazo previsto para pagamento no subitem 9.1 será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise dos Documentos Fiscais considerados irregulares.
- 9.5- O recebimento (atestado do documento fiscal) será sempre integral, não se admitindo ateste parcial dos serviços. Caso não seja possível atestar o recebimento dos serviços, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (CONTRATADA) e a Unidade Gestora deverá proceder nos termos dos artigos 80, 81, 82, 83 e 84, Capítulo XIII do Provimento nº 2.138/13.
- 9.5.1- Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do item 9.2 desta cláusula.
- 9.6- A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

- 9.7- Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.
- 9.7.1- Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.7.2- No caso de nota fiscal eletrônica de serviços, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.8- Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, nos serviços em que for aplicável, a CONTRATADA deverá destacar no corpo do documento fiscal a parcela referente a retenção dos 11% (onze por cento), na forma estabelecida na Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009, com suas alterações, em cumprimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 9.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/99.
- 9.9- No último mês de vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar planilha, referente ao mês anterior e ao mês do faturamento, com as ocorrências das faltas, as férias dos profissionais alocados e não substituídos e os postos de trabalho não ocupados.
- 9.10- O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 11.1- O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 18.967.064,64 (dezoito milhões, novecentos e sessenta e sete mil, sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**.
- 11.2- As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa 3.3.90.40 da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1- A CONTRATADA, antes da assinatura do Contrato, deverá fazer prova de recolhimento, mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, no valor de R\$ 284.505,97 (duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e noventa e seta), correspondente a 3,0% (três por cento) da obrigação assumida para 12 (doze) meses, com cobertura para o mesmo período, a título de Garantia de Execução do Contrato.
- 12.2- No caso de apresentação de garantia na forma de caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá providenciar depósito identificado na conta nº 139461-4, agência 5905-6 do Banco do Brasil S/A, constando como favorecido o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresentando cópia do comprovante juntamente ao termo contratual assinado.
- 12.3- Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, a CONTRATADA deverá reapresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do item 12.1, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 12.4- Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, o CONTRATANTE exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 12.5- A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados nos subitens 12.3 e 12.4 acima, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste contrato, sujeitando-a, ainda, à rescisão do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados de sua assinatura por parte da CONTRATADA (**data do aceite**), podendo ser prorrogado a critério da Administração até o máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, através de Termo Aditivo, podendo ser rescindido a qualquer tempo no interesse da Administração, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 14.1-** A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informação, regras de negócio, documentos entre outros pertinentes, conforme Acordo de Confidencialidade de Informação e Declaração de Sigilo (Anexos I-A e I-B).
- 14.2-** A CONTRATADA deverá fornecer a qualquer tempo quando solicitado pelo CONTRATANTE:
- 14.2.1-** Códigos-fonte de sistemas, aplicativos ou componentes, em versão mais recente disponibilizada, desenvolvidos durante o Contrato e para o Tribunal;
 - 14.2.2-** Pacotes binários de frameworks de desenvolvimento e APIs. O CONTRATADA compromete-se a não utilizá-los para qualquer desenvolvimento não relacionado ao objeto da contratação e fora do ambiente da CONTRATANTE;
 - 14.2.3-** Relação de componentes de terceiros necessários para o desenvolvimento ou manutenção dos sistemas, os quais serão licenciados pelo Tribunal;
 - 14.2.4-** Modelo de dados contendo a descrição de cada tabela e campo, bem como as regras de integridade dos mesmos;
 - 14.2.5-** Documentação dos requisitos funcionais e não funcionais levantados.
- 14.3-** O cumprimento do estabelecido neste subitem, respeitados os direitos comerciais, patrimoniais e autorais da CONTRATADA, visa garantir as condições necessárias para que a administração possa, por necessidade ou por seu interesse, assumir tecnicamente, com equipe própria, a manutenção e/ou continuidade dos sistemas contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 15.1-** A inexecução total ou parcial do ajustado poderá ensejar a sua rescisão pela Administração na forma e consequências previstas nos artigos 78 a 80, da Lei Federal de Licitações e Contratos nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do citado diploma legal, e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 15.2-** Pelo artigo 94, do Provimento n.º 2.138/13, da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a CONTRATADA está sujeita a aplicação das seguintes penalidades:
- 15.2.1-** Pelo atraso injustificado de até 30 (trinta) dias da prestação da garantia ou da execução do serviço, incluído a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra, sem prejuízo do que dispõe o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora de 0,50% (cinquenta centésimos percentuais) ao dia;
 - 15.2.2-** O não atendimento a solicitação do CONTRATANTE para a adoção de providências para a regularização da execução nos prazos fixados no contrato, ensejará a aplicação da multa prevista no subitem 15.2.1, a contar do 1º dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.
 - 15.2.3-** Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, bem como pelo atraso ou não atendimento de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
 - a)** Multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) nos casos que excederem o prazo estabelecido no subitem 15.2.1;
 - b)** Multa de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;
 - c)** Pagamento correspondente a diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.
 - 15.2.4-** As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas de pagamentos, eventualmente devidos pelo CONTRATANTE.
 - 15.2.5-** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será judicialmente.

- 15.2.6-** A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exclui outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 15.2.7-** As multas não recolhidas e/ou não descontadas dos pagamentos poderão, a critério da CONTRATANTE, ser compensada com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos;
- 15.2.8-** A CONTRATADA que deixar de entregar o bem ou de executar serviços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio CONTRATANTE.
- 15.2.9-** Independentemente da efetivação da rescisão contratual, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas ao CONTRATADO para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 15.2.10-** O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 15.2.11-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela CONTRATADA, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

- 16.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo observará o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à CONTRATADA, em atendimento às Resoluções nºs 169/13 e 183/13 do CNJ.
- 16.2-** O montante do valor a ser contingenciado, constantes da proposta da empresa e obedecidos os limites estabelecidos neste contrato (*Anexo II*), será obtido mediante a aplicação dos percentuais referentes aos provisionamentos que seguem:
- 16.2.1-** férias;
- 16.2.2-** 1/3 constitucional;
- 16.2.3-** 13º salário;
- 16.2.4-** multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e
- 16.2.5-** incidência dos respectivos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.
- 16.3-** Os valores serão depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S.A.
- 16.4-** Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal, sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 16.5-** Para resgate de valores da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, referentes aos pagamentos de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, incluindo o impacto dos encargos sociais, a CONTRATADA deverá expedir solicitação formal à Unidade Competente do Tribunal.
- 16.5.1-** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.
- 16.5.2-** A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo de férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo que o empregado estiver alocado na execução do contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.
- 16.5.3-** Quando se tratar de valor pago em razão de rescisão do contrato de trabalho, o resgate de valores incluirá aquele referente ao contingenciamento da multa do FGTS, se for o caso, sendo que a documentação relacionada no subitem acima deverá ser acrescida do cálculo já homologado junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego ou sindicato da categoria, nos termos da legislação trabalhista vigente.

- 16.5.4-** O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução nº 169/13, atualizada pela Resolução nº 183/13, do CNJ.
- 16.6-** A liberação do saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, quando não houver rescisão do contrato entre a empresa e os empregados, mediante requerimento da interessada, ocorrerá se:
- 16.6.1-** Os empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e foram desligados do quadro de pessoal da empresa receberão o pagamento das verbas trabalhistas devidas;
- 16.6.2-** Realizados os pagamentos referido no item 16.6.1, ainda houver saldo na conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, o valor será utilizado para pagamento dos empregados que permanecerem no quadro de pessoal da CONTRATADA à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual;
- 16.6.3-** Realizados os pagamentos nos itens 16.6.1 e 16.6.2, ainda assim, restarem valores na conta-depósito, o montante permanecerá na conta para atender a eventual questionamento na Justiça do Trabalho, conforme previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, c/c o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O valor residual será transferido para a CONTRATADA após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato Administrativo.
- 16.7-** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado para cálculo dos rendimentos em caderneta de poupança.
- 16.8-** O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.
- 16.9-** Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.
- 16.9.1-** Os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – encontram-se disponíveis na internet, no sítio do Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será registrado no “Livro de Registro de Contratos” do CONTRATANTE e seu extrato publicado no DJE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS NORMAS

- 19.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.
- 19.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e rescindir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 19.2.1-** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados

ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 007/05, atualizada pela Resolução nº 009/05, nº 021/06, nº 181/13 e nº 229/16 do CNJ);

- 19.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 19.2.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 19.2.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente qualquer Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

NADA MAIS. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este Contrato em 2 (duas) vias, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

São Paulo, 03 MAI 2019


DES. MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS
Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

MARIO SERGIO RACHID SA REGO
Hitss do Brasil, Serviços Tecnológicos Ltda.

Data do aceite:

Testemunhas:


Luiz Guilherme Marinho Barbieri
RG 27.233.333-1


Danilo Steineira Coto
Chefe da Seção Judiciário
SAAB 8.1.1.1